

Congresso Aprovação ocorre no mesmo dia em que artistas protestam contra prejuízos ambientais

Mineração em terra indígena recebe urgência na Câmara

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Isadora Peron de Brasília

Em meio a protestos de indígenas e celebridades, a Câmara dos Deputados aprovou requerimento de urgência para proposta que autoriza a mineração em terras indígenas, por 279 votos a 180, com três abstenções. Com esse resultado, a proposta pode ser votada em plenário a qualquer momento, independentemente de passar por comissões. O pedido para que o projeto seja votado diretamente em plenário, sem precisar passar pelo debate em uma comissão especial, teve apoio da base do governo Bolsonaro. A proposta foi apresentada pelo governo federal há dois anos.

As siglas governistas fizeram acordo para que um grupo de trabalho seja criado, com 13 deputados da base e 7 da oposição, para fazer audiências públicas e votar em 30 dias um parecer ao projeto. "Entendemos que o assunto é urgente e não podemos ficar correndo risco de desaba-

tecimento dos fertilizantes", disse o líder da maioria, deputado Diego Andrade (PSD-MG). O líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), anunciou pela manhã ter obtido o apoio ao requerimento, subscrito por PSDB, PL, PP, União Brasil, PSC, PTB, Avante e Republicanos.

O projeto nunca chegou a ser debatido pela Câmara. O presidente Jair Bolsonaro passou a defender a votação com o argumento de que a guerra entre Rússia e Ucrânia afetará a importação de potássio, insumo para os fertilizantes utilizados pela agricultura, e por isso é preciso explorar o minério existente em terras indígenas. Especialistas, porém, dizem que a maior parte desse minério está fora dessas regiões, localizado em São Paulo e Minas Gerais.

Deputados de oposição protestaram e tentaram convencer o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a só pautar o requerimento de urgência após a conclusão da discussão pelo grupo de trabalho. "Não faz sentido votar a urgência antes de fazer o debate. O projeto

entrou na lista de prioridades do governo em janeiro, bem antes da guerra", disse o líder da minoria na Câmara, deputado Alencar Santana (PT-SP). "Esse projeto que será a destruição dos povos indígenas. Por que votar a urgência de um projeto que não se sabe nem o relatório?", questionou a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), única indígena do Congresso.

Lira, contudo, decidiu votar o requerimento alegando que a oposição queria só adiar a votação. A manobra de votar a urgência antes de debater o projeto pode facilitar a aprovação final porque a urgência exige maioria absoluta, de 257 dos 513 deputados, enquanto o mérito do projeto necessita de maioria simples (a maioria dos deputados presentes na sessão). Deixar para votar o requerimento após o parecer ao projeto ser conhecido, portanto, poderia dificultar, já que os partidos ontem disseram que votaram a favor da urgência para fazer o debate andar, mas sem compromisso de mérito. Chamou atenção dos deputa-



Barros: líder do governo acenou com um grupo de trabalho para viabilizar votação do projeto em plenário em 30 dias

dos, durante os debates internos entre os líderes, a posição do Republicanos. O partido governista defendeu que só aceitaria votar a urgência com o compromisso de criação do grupo de trabalho. Para os demais parlamentares, foi uma mostra da insatisfação com o governo — recentemente, o presidente do partido criticou o presidente Jair Bolsonaro (PL) por supostamente atrapalhar as filiações de políticos ao seu partido.

O líder do Republicanos na Câmara, deputado Vinícius de Carvalho (SP), disse que alguns podem interpretar como sinal de insatisfação com o governo, mas na realidade o partido estaria preocupado com o impacto que o projeto terá. "Vamos votar a favor da urgência,

com esse compromisso do debate, e sem compromisso com o mérito [do projeto]", disse. "É preciso entendermos o impacto que essa liberação terá", sustentou.

Organizações não-governamentais (ONGs) alegam que o projeto autoriza não apenas a mineração em terras indígenas, mas também obras de centrais hidrelétricas e garimpo.

A votação ocorreu no mesmo dia em que um grupo de 40 artistas, liderado pelo cantor e compositor Caetano Veloso, protestou em Brasília contra projetos como a mineração em terras indígenas, mudanças na liberação de agrotóxicos (chamado por eles de "PL do Veneno") e a Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

Eles se reuniram com quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), aos quais entregaram uma lista com 11 ações em tramitação que "podem orientar a caminhada das terras indígenas.

Também encontraram o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e pediram que não pautasse os projetos de lei. O presidente da Câmara, que liderou a aprovação dessas propostas, não os recebeu os manifestantes. Ciceroneados por parlamentares da oposição, os artistas ainda fizeram um "Ato pela Terra contra o pacote da destruição", com shows em frente ao Congresso.

COMUNICADO

A TIM S.A., prestadora do Serviço Móvel Pessoal (SMP), comunica que as ofertas TIM Controle Giga B Promo Express 2.0, TIM Controle Giga B Promo Express 3.0, TIM Controle Giga B Express 2.0, TIM Controle Giga C Express 3.0, TIM Controle Giga C Express 2.0 e TIM Controle Express B 3.0 serão descontinuadas a partir do dia 11/4/2022. Os clientes das ofertas mencionadas têm até 10/4/2022 para escolher e migrar para qualquer outra oferta disponível. Os clientes que não realizarem opção por outra oferta serão migrados, automática e respectivamente, para as novas ofertas: TIM Controle Giga B Promo Express 2.1, TIM Controle Giga B Promo Express 3.1, TIM Controle Giga B Express 2.1, TIM Controle Giga C Express 3.1, TIM Controle Giga C Express 2.1 e TIM Controle Express B 3.1.

As novas ofertas têm benefícios de dados, ligações, benefício de Roaming Nacional e disponibilização de serviços de conteúdo.

Os novos planos têm os seguintes valores promocionais:

Plano novo	Valor promocional
TIM Controle Giga B Promo Express 2.1	R\$ 60,99/mês
TIM Controle Giga B Promo Express 3.1	R\$ 55,99/mês
TIM Controle Giga B Express 2.1	R\$ 65,99/mês
TIM Controle Giga C Express 3.1	R\$ 70,99/mês
TIM Controle Giga C Express 2.1	R\$ 75,99/mês
TIM Controle Express B 3.1	R\$ 75,99/mês

Para mais informações, consulte a Central de Relacionamento do Cliente no número 1056 ou no *144.

Para mais informações sobre as ofertas e seus benefícios, consulte www.tim.com.br.

10 de março de 2022



PL 191, uma 'fake news' em curso

Análise

Daniela Chiaretti De São Paulo

O medo inflacionário global com a guerra na Ucrânia fez com que os investimentos buscassem proteção — e o ouro, o mais tradicional porto seguro nas crises, chegou à cotação de US\$ 2.000 por onça-troy esta semana. Para indígenas, ambientalistas e pesquisadores, a valorização do ouro desde a pandemia tem tudo a ver com o regime de urgência que a base governista pleiteou ao PL 191/2000 na Câmara — e não a crise dos fertilizantes. Mas só com garimpo não daria para passar a armadilha. O agronegócio está ajudando a desequilibrar o jogo.

Desde a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro quer abrir a mineração em terras indígenas na Amazônia. A mensagem foi rastilho de pólvora na floresta. A corrida pelo ouro espalhou garimpos ilegais na Amazônia.

Nos três anos do período Bolsonaro — 2019, 2020 e 2021 —, o garimpo em terras indígenas aumentou 125% em comparação à média dos dois anos anteriores, diz Antonio Oviedo, assessor e da equipe de monitoramento do Instituto Socioambiental.

O projeto de lei do governo conta com forte apoio da bancada ruralista e partidos do Centrão. Apelidado de x-tudo pelos opositores, o PL 191 abre as terras indígenas à exploração de petróleo, gás e minérios, permite hidrelétricas grandes e pequenas, e até o cultivo de transgênicos.

"A intenção do PL 191 é viabilizar garimpo em terra indígena", diz ao Valor a deputada e advogada indígena Joenia Wapichana (Rede-RR). Ela lembra que a Constituição observa que é preciso regulamentar mineração e empreendimentos de geração de energia em terras indígenas através de legislação específica. "Mas a Constituição faz a ressalva que isso não se aplica ao garimpo", esclarece. "O PL 191 é uma tragédia completa", resume a líder indígena.

Completamente outra é a visão do ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputa-

do Alceu Moreira (MDB-RS). Para ele, o PL 191 é "a medida mais importante que temos para a Amazônia". Continua: "Vamos tirar da ilegalidade e da criminalidade essas atividades econômicas."

As empresas observam a discussão com o devido cuidado para não macular seus compromissos ESG. "A regulamentação de atividades econômicas em terras indígenas precisa ser debatida amplamente pela sociedade brasileira", dizia o Instituto Brasileiro de Mineração, o Ibram, em posicionamento de junho de 2021. Não é o que está acontecendo.

O PL 191 foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso em fevereiro de 2020. Não tramitou em nenhuma comissão e foi engavetado. O então presidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ) disse que não iria adiante com a proposta, mas o atual presidente Arthur Lira (PP-AL) indica ser favorável. O governo quer aprovar o projeto em 30 dias.

A crise dos fertilizantes dá a chance de se colocar no mesmo saco o enfraquecimento dos direitos indígenas e alimentar conflitos de terra e grilagem. É uma falácia, dizem pesquisadores e ambientalistas. "É uma 'fake news' em curso", traduz Joenia.

Vários estudos indicam que existem grandes reservas de potássio em São Paulo e Minas Gerais. Estudo da Universidade Federal de Minas Gerais mostra que o Brasil tem reservas de potássio suficientes para abastecer o agronegócio até o fim do século e 2/3 das jazidas estão fora da Amazônia Legal. Não faria sentido abrir a exploração de terras indígenas para responder a esta crise. O propósito é outro.

Na análise de Juliana de Paula Batista, advogada do ISA, o PL 191 diz que para haver garimpo em terras indígenas, deveria haver consentimento dos índios. Eles seriam consultados para saber se querem garimpar, se querem fazê-lo em parceria com brancos e se não quiserem, se aceitam liberar a área só aos brancos. "Mas como irá acontecer isso tudo, este consentimento, esta consulta? Por um decreto presidencial onde Bolsonaro pode colocar o que quiser".